MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

ATA DE REUNIÃO Nº 1/2026 - ConCMCC (11.01.11.03)

Nº do Protocolo: 23006.007145/2026-24

Santo André-SP, 09 de Março de 2026

(Assinado digitalmente em 30/03/2026 10: 49)
ELAINE KONNO ROCHA
ASSESSOR - TITULAR (Titular)
ConCMCC (11.01.11.03)
Matrícula: ###802#2

(Assinado digitalmente em 30/03/2026 11: 02)
MARCELO SALVADOR CAETANO
DIRETOR(A) - TITULAR (Titular)
CMCC (11.01.11)
Matrícula: ###540#8

Visualize o documento original em http://sig.ufabc.edu.br/documentos/ informando seu número: **1**, ano: **2026**, tipo: **ATA DE REUNIÃO**, data de emissão: **30/03/2026** e o código de verificação: **a3baad4e86**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Fundação Universidade Federal do ABC
Centro de Matemática, Computação e Cognição

ATA Nº 01/2026/CONCMCC

Aos dois dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas e dezenove minutos, na sala S311, 3º andar, bloco Tau, *campus* de São Bernardo do Campo, foi realizada a primeira sessão ordinária do Conselho do Centro de Matemática, Computação e Cognição (ConCMCC) de dois mil e vinte e seis. A reunião foi convocada e presidida pelo professor Marcelo Salvador Caetano, assessorado pelo vice-presidente em exercício, professor e conselheiro Marcelo Bussotti Reyes, em razão das férias do vice-diretor. Com a presença dos representantes docentes: Aritanan Borges Garcia Gruber, Carlos da Silva dos Santos, Marcela Bermudez Echeverry e Rodrigo Pavão. Com a presença dos servidores convidados: Chrystian de Lima Gilioli, Emílio de Camargo Francesquini, João Ricardo Sato e Silvia Honda Takada. Ausência justificada da chapa: Ruth Ferreira Galduroz (titular) e Márcio Fabiano da Silva (suplente). Ausência injustificada da chapa: Cristian Favio Coletti (titular) e Daniel Miranda Machado (suplente). O apoio administrativo foi realizado pela secretária executiva Elaine Konno Rocha. O presidente Marcelo Caetano iniciou a reunião informando não haver **Informes da presidência.** Sem informes também dos conselheiros, o presidente Marcelo Caetano solicitou a inclusão na pauta do item: apreciar o enquadramento da Associação PROUNIEMP (Associação Brasileira de Gestão em Projetos - ABGP) como análoga a agência de fomento, cujo demandante é o professor João Ricardo Sato. A inclusão do assunto foi aprovada por unanimidade. Ele também solicitou que a minuta do regimento do CMCC fosse apreciada após a chegada do relator da minuta na reunião. A inversão foi aprovada por unanimidade. Por fim, e para otimizar a sessão, ele sugeriu que os itens de 1 a 4 do Expediente da convocatória fossem promovidos para a Ordem do Dia. Além disso, ele salientou que qualquer assunto pode continuar nesse segmento, caso os conselheiros solicitem mais informações ou tempo adicional para análise. A proposta foi aprovada por unanimidade. Os seguintes assuntos foram relatados na **Ordem do Dia** pelo presidente Marcelo Caetano. <u>Item 1 - ata da décima primeira sessão ordinária realizada em 8 de dezembro de 2025</u> - aprovado com uma abstenção. <u>Item 2 - relatório final das atividades executadas pela professora Mariana Oliveira Arantes, em razão do requerimento de rescisão de contrato</u> - relatado pelo presidente Marcelo Caetano e aprovado por unanimidade. <u>Item 3 - relatório final das atividades desenvolvidas pelo professor Paulo Guirro Laurence, em decorrência da não renovação de seu contrato de professor visitante</u> - relatado pelo presidente Marcelo Caetano e aprovado por unanimidade. <u>Item 4 - renovação do contrato de trabalho da professora Andreza Candido Matias</u> - relatado pelo presidente Marcelo Caetano e aprovado por unanimidade. <u>Item 5 - minuta do regimento do CMCC</u> - o conselheiro Marcelo Reyes esclareceu que um dos objetivos da criação do regimento foi a definição das competências de cada área. Informou que, embora tenha havido dúvida sobre a inclusão de detalhes operacionais no corpo do regimento ou em documento apartado, optou-se por mantê-los na presente versão. Ressaltou que, caso as instâncias superiores sugiram a separação, a alteração será tecnicamente simples, bastando substituir os detalhes

técnicos por uma cláusula indicando que tais pontos serão estabelecidos via portaria específica. O relator destacou ainda a inclusão dos Laboratórios de Grupos de Pesquisa (LGPs) no corpo do Regimento Interno ora apreciado. Aprovado por unanimidade. Encerrados os itens da Ordem do Dia, foi iniciada a discussão dos assuntos do **Expediente:** Item 1 - relatório de 2025 apresentado pela Comissão de Desenvolvimento de Software (CDS), em cumprimento ao inciso VIII, artigo 3º da resolução ConCMCC nº 22/2020 - relatado pelo professor Emílio Francesquini, que resumiu as atividades executadas e os sistemas desenvolvidos: enquetes e plano de ensino; contagem de créditos, cuja versão foi atualizada em janeiro de 2026; Projeto de Graduação em Computação (PGC). Ele complementou que a CDS está à disposição das coordenações para receber demandas para disseminação do sistema para divulgação de trabalhos de conclusão de curso. A conselheira Marcela Bermudez questionou se a CDS tem infraestrutura para o trabalho. O professsor Emílio Francesquini informou que a comissão tem uma máquina antiga sendo desativada e há um processo de migração para uma máquina virtual disponibilizada pelo NTI (Núcleo de Tecnologia da Informação). O presidente Marcelo Caetano destacou que, na resolução orçamentária do CMCC, a CDS tem prioridade na obtenção de recursos financeiros. Além disso, essa comissão pode solicitar estagiário para auxiliar nas tarefas. Promovido para Ordem do Dia e aprovado por unanimidade. Item 2 - relatório de 2025 apresentado pela Comissão de Pesquisa (CdP), em cumprimento ao inciso VIII, artigo 3º da resolução ConCMCC nº 14/2016 - a professora Silvia apresentou o relatório referente ao mandato compreendido entre agosto de 2024 e julho de 2025 e destacou: a continuidade das avaliações dos laboratórios; o aprimoramento de normativas internas e o alinhamento de diretrizes junto à Direção do Centro e à Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPES); a regularização dos laboratórios e a verificação do uso de espaços. Ressaltou que os encaminhamentos de recredenciamento seguiram rigorosamente as resoluções vigentes (Resoluções ConCMCC número 20/2019 e número 24/2021). Informou, ainda, sobre deliberações acerca da alocação e realocação de laboratórios visando à otimização da infraestrutura, bem como a participação ativa na revisão da Resolução ConsEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) nº 127 e o mapeamento de ações para harmonização de custos administrativos. Ela destacou o credenciamento junto ao CATI-MCTI (Comitê da Área de Tecnologia da Informação - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação), mencionando que o processo exigiu a consolidação de informações detalhadas sobre equipes e projetos. Por fim, informou que a Comissão coordenou a utilização da verba RTI - FAPESP (Reserva Técnica Institucional - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), no valor de R$ 33.797,99, priorizando propostas de maior impacto coletivo e justificativa institucional. Concluiu afirmando que a nova gestão pretende dar continuidade aos processos de avaliação e gerência da verba RTI. O presidente Marcelo Caetano informou que a próxima reunião com a CdP terá como pauta: uma possível conversão de carga didática para o presidente da CdP, prioridade na execução orçamentária de recursos financeiros, um possível estagiário para auxiliar nas demandas, correção do descompasso entre o calendário

civil e o mandato da comissão. Questionou a real necessidade de deliberação (aprovação) deste relatório pelo Conselho, defendendo que, embora a prestação de contas seja obrigatória para dar transparência e publicidade aos atos, o fluxo decisório poderia ser revisto, mas que, no momento, manteria a tradição de submetê-lo à votação. A conselheira Marcela Bermudez concordou com a necessidade de alinhar o relatório ao ano civil para simplificar os processos. Levantou um questionamento sobre a estrutura hierárquica e a autonomia da Comissão, indagando se ela responde diretamente à Direção ou ao Conselho, e como se dá o processo de escolha de seus membros em comparação a outros centros que utilizam eleições. Em resposta, a secretária executiva Elaine Konno e o presidente esclareceram que, devido a descompassos normativos entre resoluções do ConsEPE e do ConsUni (Conselho Universitário), a orientação atual é seguir a indicação pela Direção, prática descrita na resolução mais recente. O presidente reforçou que, embora a Comissão trabalhe em proximidade com a Direção, o Conselho supervisiona o trabalho desta, sendo a apresentação do relatório uma forma vital de publicizar as ações do Centro para toda a comunidade. A conselheira Marcela Bermudez retomou a palavra para exemplificar a complexidade das discussões da Comissão, citando o caso da Resolução ConsEPE nº 127 e os impasses relativos à classificação de biotérios exigida pelo CONCEA (Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal) - MCTI, o que impacta grupos de pesquisa específicos. O presidente Marcelo Caetano propôs a promoção do item à Ordem do Dia, que foi acatada pelo Conselho. Em seguida, colocou o relatório em votação, o qual foi aprovado por unanimidade. <u>Item 3 - prestação de contas 2025</u> - o servidor Chrystian Gilioli apresentou o detalhamento para custeio ao informar que o planejamento inicial aproximado era de R$ 203.000,00, dos quais foram efetivamente empenhados R$ 197.000,00. Já para investimento, para o planejamento seria necessário um valor superior a R$ 2 milhões, mapeado junto aos laboratórios e coordenações. No entanto, o teto concedido para investimento foi de apenas R$ 100.000,00. Detalhou que, desse montante, foram empenhados R$ 87.037,00 em itens como um rastreador ocular para pesquisas e acervo bibliográfico. Por fim, ele explicou que muitos itens restaram desertos, por isso não foi possível empenhar até o prazo final e o montante retornou para a ProPlaDI (Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional) para redistribuição institucional. Informou também que os requerimentos de auxílios e diárias nacionais e internacionais foram atendidos. O presidente Marcelo Caetano interveio para elogiar a gestão administrativa do CMCC, que é visto como exemplo nos outros setores da universidade como um setor eficiente no uso das verbas institucionais. A conselheira Marcela Bermudez corroborou com essa fala. O presidente Marcelo Caetano propôs a promoção do item à Ordem do Dia. Já na ordem do dia, o item foi aprovado por unanimidade. O presidente Marcelo Caetano sugeriu que o item solicitado pelo professor João Sato fosse antecipado, dado que o docente não é conselheiro e aguardava a discussão do ponto de pauta presencialmente. Aprovado. <u>Item 4 - apreciar o enquadramento da Associação PROUNIEMP (Associação Brasileira de Gestão em Projetos - ABGP) como análoga a agência de fomento, cujo solicitante é o professor João</u>

Ricardo Sato. O presidente Marcelo Caetano esclareceu que tal colaboração fundamenta-se no item 3A da Resolução ConsUni nº 219, que trata da concessão de bolsas de ensino, pesquisa, extensão ou estímulo à inovação pagas por agências de fomento. Ele relatou um entrave normativo institucional: a Resolução CPCo nº 04/2018, que listava as agências consideradas análogas às de fomento pela UFABC — e que incluía a PROUNIEMP — foi recentemente revogada pela Comissão Permanente de Convênios (CPCo). Tal revogação gerou uma lacuna regulatória quanto ao enquadramento de pesquisadores que recebem bolsas dessas agências. Caso a agência não seja reconhecida como de fomento, a parceria exigiria o pagamento de Taxa de Retribuição Institucional (TRI), alterando a natureza do processo. Informou-se que o Centro realizou consulta formal à CPCo em janeiro de 2026. A resposta da referida Comissão foi de que a decisão sobre o enquadramento caberia ao Centro. O presidente manifestou preocupação com a fragilidade institucional dessa devolução, argumentando que interpretações divergentes entre os diferentes centros da UFABC (CMCC, CCNH e CECS) poderiam gerar insegurança jurídica. Contudo, destacou a necessidade de não prejudicar as atividades científicas do professor João Sato, que têm apresentado resultados sólidos. Como solução intermediária, ele submeteu a questão ao Conselho, buscando respaldo coletivo para a continuidade do enquadramento da PROUNIEMP como análoga a agência de fomento, sob a condição de que a Direção continue a interlocução junto à CPCo para uma definição institucional definitiva. A conselheira Marcela Bermudez questionou se a natureza da bolsa envolveria questões de consultoria ou taxas institucionais. O vice-presidente em exercício Marcelo Reyes, ex-diretor do CMCC, pontuou que a PROUNIEMP financia diversas modalidades de bolsas (pós-doutorado, doutorado e para docentes) e que sua inclusão anterior como agência de fomento foi aprovada com tranquilidade na época. Ressaltou que o processo assemelha-se ao fluxo de bolsas da FAPESP, com baixa carga burocrática para a universidade. O professor João Sato complementou que a preocupação da CPCo está voltada para parcerias que envolvem TRI (Taxa de Ressarcimento Institucional) e consultoria, e não para bolsas de pesquisa, por isso delegaram para os centros. Promovido para a Ordem do Dia e deliberado, no âmbito do CMCC, por unanimidade, pelo reconhecimento da PROUNIEMP como análoga a agência de fomento. O presidente comprometeu-se a formalizar a discussão junto às instâncias superiores para a uniformização da norma institucional. Item 5 - inclusão da Disciplina Introdução à Robótica Móvel na lista de Opções Limitadas do Bacharelado em Ciência da Computação - o presidente Marcelo Caetano informou que a relatoria seria realizada pelo conselheiro Aritanan Gruber, em substituição à coordenadora do curso, professora Ana Lígia Scott, que não pôde comparecer. Assim, o conselheiro Aritanan Gruber apresentou o histórico da proposta, esclarecendo que a disciplina faz parte de um conjunto de três matérias propostas no ano anterior pelo professor Mateus Coelho Silva. Informou que a disciplina em questão havia sofrido uma diligência devido a problemas na bibliografia básica, que se encontrava esgotada e sem exemplares disponíveis no acervo. O relator detalhou que as adequações solicitadas foram realizadas: a referência esgotada foi

substituída por outra obra, devidamente disponível no acervo da biblioteca. Ressaltou que a Pró-Reitoria de Graduação (ProGrad) emitiu parecer atestando que todas as adequações foram totalmente realizadas e que a proposta encontra-se em conformidade. O presidente Marcelo Caetano complementou as informações, esclarecendo que a coordenação do curso acatou integralmente as sugestões dos pareceristas. Promovida para Ordem do Dia e aprovada com uma abstenção. Item 6 - expansão de uma vaga do processo seletivo para professor visitante na área Neurociência Cognitiva, subárea Psicologia experimental e/ou Neuroeconomia e/ou Tomada de decisão, edital 026/24, opção 8 - o conselheiro e vice-coordenador do Bacharelado em Neurociência (BNC), Rodrigo Pavão, informou que um professor não solicitará renovação de seu contrato por ter sido contemplado com uma bolsa de pesquisa da FAPESP, com encerramento de suas atividades previsto para o dia 1º de abril de 2026. O relator destacou que a demanda didática no eixo de Psicologia Cognitiva e de Psicologia Experimental é crítica, especialmente devido ao afastamento e licenças de outros docentes do setor, o que gera um déficit na oferta de disciplinas tanto na graduação quanto na pós-graduação. Ressaltou que o concurso em questão possui candidatos aprovados em lista de espera (até a 5ª colocação) e que a ocupação imediata é essencial para garantir o cumprimento do planejamento didático de 2026. O presidente Marcelo Caetano explicou que não se trata apenas de uma substituição futura, mas de uma expansão estratégica de vagas no edital vigente. O objetivo é permitir a convocação imediata do próximo candidato aprovado antes mesmo da vacância oficial do professor em abril. Ele justificou a urgência devido ao calendário eleitoral de 2026, que impõe restrições legais para a nomeação de servidores a partir de julho. Alertou que, caso o Centro aguardasse a saída do professor para iniciar os trâmites, não haveria tempo hábil para a contratação antes do período de vedação eleitoral, resultando em falta de docente na alocação didática para o segundo quadrimestre. O presidente confirmou que o BNC dispõe de vaga para essa antecipação e que a vaga atualmente ocupada retornará ao saldo do Centro em abril. Item promovido para Ordem do Dia e aprovado por unanimidade. 7 - sugestão de nomes para a nova legislatura da Comissão de Análise de Processos de Redistribuição - relatado pelo presidente Marcelo Caetano, que apresentou a necessidade de atualização da composição da Comissão de Redistribuição Docente do CMCC, fundamentada em dois fatos ocorridos no último ano: a aposentadoria do professor Antônio Cândido Faleiros, que representava o Bacharelado em Matemática e presidia o grupo, e o início formal das atividades do Bacharelado em Ciência de Dados (BCD), que ainda não possuía representação na referida comissão. Os indicados são as pessoas docentes: Ailton Paulo de Oliveira Júnior - representante da Licenciatura em Matemática; Mariana Rodrigues da Silveira - representante do Bacharelado em Matemática; Débora Maria Rossi de Medeiros - presidente e representante do Bacharelado em Ciência da Computação; João Ricardo Sato - suplente da presidência e representante do Bacharelado em Neurociência; Roberto Venegeroles Nascimento - representante do Bacharelado em Ciência de Dados. Promovido para Ordem do Dia e aprovado por unanimidade. Item 8 - Comissão Especial de Avaliação para promoção à classe de titular da professora Ruth

Ferreira Galduróz - o presidente Marcelo Caetano informou que a lista original enviada pela CPCD (Comissão de Promoção à Classe D) — sofreu alterações emergenciais pela Direção de Centro para garantir a conformidade com as normativas recentes e evitar prejuízos à docente. Ele detalhou dois entraves identificados na lista anterior: a) o professor Valdecir Marvulle havia sido indicado como membro interno, mas, devido a um entendimento recente da Comissão de Vagas, docentes aposentados da UFABC devem ser contabilizados como membros externos. Assim, a alteração reduziu o número de membros internos para dois, abaixo do mínimo exigido (três); b) um dos membros titulares, único autodeclarado preto ou pardo na composição original, solicitou dispensa por motivos de saúde. Essa ausência comprometeria as diretrizes institucionais de equidade étnica e de gênero, possivelmente resultando no indeferimento da banca pela Comissão de Vagas. O presidente justificou a decisão de não devolver o processo à CPCD devido ao período de férias dos membros daquela comissão e à urgência do prazo. Explicou que, conforme novo entendimento jurídico da AGU, a data que vigora para efeitos de remuneração da classe de Titular (Classe D) é a data da realização da banca, e não a data do protocolo. Como a banca da Professora Ruth está agendada para 18 de março, qualquer adiamento para abril causaria prejuízo financeiro direto à docente. Diante disso, a Direção, em conjunto com a candidata, prospectou novos nomes: a inclusão do professor Márcio Fabiano da Silva como membro interno suplente e da professora Diva Valério Novaes (IFSP) como membro externo titular. A professora Diva atende ao critério de autodeclaração étnica, e as checagens de conflito de interesse foram realizadas via *Script Lattes* institucional. O presidente reforçou que, embora esses nomes específicos não tenham passado pelo crivo prévio da CPCD, o conselho de Centro tem autonomia para alterar e aprovar a composição. Em debate, o conselheiro Carlos dos Santos questionou o entendimento sobre membros aposentados, e o presidente confirmou que a decisão da Comissão de Vagas estabeleceu o precedente de que aposentados são membros externos. A conselheira Marcela Bermudez manifestou preocupação com a excessiva burocracia e o risco de atrasos salariais decorrentes dessas normas. O presidente Marcelo Caetano apresentou a proposta de composição da comissão, formada pelas pessoas docentes: membros internos - Paula Homem-de-Mello (titular), Márcio Fabiano da Silva e Ailton Paulo de Oliveira Júnior (suplentes); membros externos - Diva Valério Novaes, Maria Inês Gandolfo Conceição, Roberto Andreatini (titulares), Maria Aparecida Barbato Frazão Vital, Francesco Toppan, Márcia Regina Cominetti, Valdecir Marvulle, Valter Roberto Silvério (suplentes). O item foi promovido à Ordem do Dia e aprovado por unanimidade. Após a votação, o presidente informou que o CMCC solicitará à SUGEPE (Superintendência de Gestão de Pessoas) a revisão dos normativos internos para refletir o entendimento da AGU (Advocacia-Geral da União) sobre a data da banca. Adicionalmente, o Centro revisará a norma interna que limita a antecedência do pedido de promoção a titular em 4 meses (interstício máximo), pois tal restrição pode prejudicar docentes devido aos gargalos administrativos e de calendário das bancas. O presidente da mesa agradeceu a colaboração dos presentes e encerrou a reunião às dezessete horas e

doze minutos. Assim, para constar, eu, Elaine Konno Rocha, secretária executiva, lavrei a presente Ata.